



Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Secretaria de Direitos Humanos
Presidência da República

Comissão Especial “Terra do Meio”
Resolução nº 03, de 24 de maio de 2011

**Relatório de impressões sobre as violações dos direitos humanos na região
conhecida como “Terra do Meio” no Estado do Pará**

Brasília, novembro de 2011

RELATÓRIO DE IMPRESSÕES SOBRE AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NA REGIÃO CONHECIDA COMO “TERRA DO MEIO” NO ESTADO DO PARÁ.

1. Apresentação da Comissão Especial “Terra do Meio”

Considerando a exposição do Relatório sobre Violência no Campo – caso Anapu¹, durante a 204ª Reunião Ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão vinculado à estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o plenário deliberou pela constituição de uma Comissão Especial (Resolução nº 3/2011), que teve como objetivo “*designar seus membros para se deslocarem à região da Terra do Meio, para apurar denúncias de violações aos direitos humanos, com o objetivo de levantar dados e informações pertinentes sobre os casos de violência no campo e sugerir providências junto às autoridades responsáveis pela cessação dos abusos praticados e elaborar relatório dessas atividades para o Colegiado*”.

O presente relatório tem como objetivo relatar os fatos verificados durante a visita *in loco*, realizada pelos membros da Comissão Especial “Terra do Meio”² do CDDPH e convidados³ a serviço do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, às instituições, especialistas e movimentos sociais da referida região.

O trabalho desta Comissão teve como objeto a averiguação de possíveis violações de Direitos Humanos cometidas contra as populações da região. Foram realizados 15 encontros com instituições, especialistas e movimentos sociais.

2. Alguns aspectos da questão fundiária no estado do Pará.

“Se dependesse dos títulos que estão registrados em cartórios espalhados pelo interior do Brasil, seríamos o maior país do mundo em extensão territorial. É como uma cebola: você vai descascando, retirando os diversos títulos de propriedade podres que se sobrepõem e quando percebe, não sobrou nada lá dentro, só vento”.

(Prof. Girolamo, em depoimento à CE)

2.1. Introdução:

Na sua formação, o Pará teve um elevado número de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e japoneses. Além das muitas influências africanas e, claro, indígenas. Tanto que no Estado há cerca de 31 etnias indígenas espalhadas em 298 povoações, totalizando mais de 27 mil índios, de acordo com dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

É um dos Estados onde existe maior número de famílias sem-terra acampadas - 18.126 famílias em 191 acampamentos em 58 municípios -, e que têm um dos maiores índices de violação dos direitos humanos.

¹ Relatório elaborado pela Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

² Dr. Percílio de Sousa Lima Neto, Dr. Gercino José da Silva Filho, Dr. Fernando Antônio dos Santos Matos, Dr. Leonardo Sakamoto, Dra. Ivana Farina Navarrete Pena, Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios.

³ Dr. Ailson Silveira Machado, Dr. Sadi Pansera, Dra. Christiana Freitas e Dra. Maria Angélica L. Targhetta

População 2010 : 7.581.051.

Área km²: 1.248.042,515

Densidade demográfica (hab/Km²): 6,07

Número de municípios: 144

Conflitos⁴:

por Terra: 125 conflitos atingindo 1.1718 famílias;

trabalhistas (trabalho escravo, superexploração, desrespeito trabalhista): 80 conflitos atingindo 1547 trabalhadores;

pela água: 2 conflitos atingindo 6000 famílias.

Número de assassinados: de 2001 a 30.07.11: 205 homicídios no campo

Sendo: 58 decorrentes de conflito agrário

82 não decorrentes

65 em investigação⁵.

Índice de desmatamento: 446.32 km² (dados Deter/INPA até setembro de 2011)

A grilagem de terra no estado está presente desde os tempos coloniais, e foi se agravando no decorrer dos anos 1970 e 80 quando teve início a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e ao Norte do país, a partir da implantação da política de integração nacional. Portanto, a grilagem de terra não é um fenômeno recente. Já em 1980, pronunciamento do Dr. Otávio Mendonça, conhecedor da história registral do Pará, afirma que “registrou-se tudo quanto se quis nos cartórios da Amazônia”.

Em 1999, em estudos realizados pelo antigo Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, foi verificado que num total de 100 milhões de hectares de área grilada no país, cerca de 30 milhões se localizam no estado do Pará.

2. 2. Região conhecida como Terra do Meio

Histórico:

Localizada no centro do Pará, a Terra do Meio é uma região importante para a conservação da sociobiodiversidade da Amazônia. Situa-se entre o rio Xingu e seu afluente Iriri, abrangendo ainda trechos dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu em meio a oito terras indígenas.

A partir dos anos 70 e 80 interesses econômicos voltaram-se para a região da Terra do Meio estimulados pelo minério e pela madeira. Em função da abertura de estradas e da implantação de projetos agropecuários promovidos pelo governo federal na região houve um crescimento de núcleos urbanos ao redor da região Terra do Meio, que passou a sofrer com a ocupação ilegal de terras, com a exploração madeireira, o avanço da pecuária, o comércio e grilagem de áreas públicas.

Somente a partir dos anos 2000, o governo federal passa a desenvolver políticas públicas de ordenamento territorial, com os estudos e criação de unidades de conservação, criação de reservas extrativistas, etc, abrindo caminho para a legalização fundiária.

3. Viagem da Comissão Especial “Terra do Meio” a Belém e Altamira

⁴ Dados da CPT Nacional. Relatório conflitos no Campo 2010.

⁵ Dados da Ouvidoria Agrária Nacional:

3.1. 06/04/2011 - Reuniões com autoridades, entidades e especialistas em Belém

3.1.1. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO PARÁ - FETRAGRI

Reunião com o Presidente Carlos Augusto Santos Silva

Destaques da reunião:

- De acordo com o Carlos Augusto, o enfoque de conflitos agrários vem se deslocando na direção Oeste do Pará nos últimos cinco a sete anos com a atividade madeireira.
- A Fetragri cobrou do Tribunal de Justiça do Estado do Pará a correção dos cartórios, o combate à violência contra trabalhadores rurais e o combate à grilagem de terras. Mas, segundo Carlos Augusto, o TJ-PA não está atuando como deveria nessas áreas.
- Segundo ele, o governo do Estado quer aprovar uma lei para que o Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa) tenha autorização para regularizar terras até 2500 hectares. Terras públicas estaduais compreenderiam cerca de 40% do Pará.
- Carlos Augusto afirmou que estão ocorrendo articulações para o cancelamento de assentamentos já existentes em áreas estaduais. Ao todo, há 25 assentamentos rurais estaduais, mas que sobrevivem recebendo recursos federais.
- Também reclamou que a Justiça paraense não dá o andamento desejável aos casos de violência contra trabalhadores rurais e não ordena a prisão dos envolvidos em crimes, mantendo um clima de impunidade que favorece a manutenção da violência.
- As reintegrações de posse de terras ocupadas por trabalhadores rurais sem-terra são mais ágeis do que a retomada de terras públicas griladas.
- A Fetragri apontou especial preocupação com a fazenda Balalaica, entre os municípios de Ipixuna, Tomé-Açu e Paragominas, onde já ocorreu problemas que envolveram até a Força Nacional. Ao todo são 105 famílias acampadas.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente está demandando que todos os assentamentos rurais devem ter licença ambiental. Mas é necessário que o processo de análise dos assentamentos para a concessão desses licenciamentos seja realizado de forma ágil pelos órgãos públicos. Sem isso, não são liberados recursos públicos para a produção.

3.1.2. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Reunião com a Juíza Dra Kátia Parente

Observação: Houve mudança na portaria que previa a composição da comissão do TJ-PA e o desembargador Ricardo Ferreira Nunes, que deveria receber a comissão, informou que não estava interado com o tema e indicou outra pessoa para nos receber.

Destaques da reunião:

- A Comissão do CDDPH foi recebida, então, pela juíza Kátia Parente, que vem atuando no Tribunal nesses assuntos.

Sobre grilagem de terras - Ela discorreu sobre as repercussões da decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de cancelar os títulos de propriedades rurais no Estado. Ela afirmou que as matrículas de fazendas foram efetivamente canceladas, mas apontou para a dificuldade de requalificar essas matrículas pelos cartórios de imóveis. Como exemplo do tamanho do problema, ela destacou o município de Moju, que possuía 24,5 vezes sua área total em registros de imóveis.

- Entre suas queixas estão: a) Demora no trabalho do Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa); b) Demora no trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); c) Um clima de insegurança e tensão entre proprietários rurais, movimentos sociais e requalificadores por conta dessa demora. Deu como exemplo o “Abril Vermelho” - em que os movimentos por reforma agrária intensificam ocupações de terra em memória do aniversário do Massacre de Eldorado dos Carajás – devido ao vácuo posterior à decisão do CNJ. Porém, afirmou que, até agora, não tem sido verificada má fé no processo de requalificação. Segundo ela, o problema maior tem sido o de dúvidas e de competência técnica.

- Também destacou que há instabilidade no Pará devido às dúvidas se determinadas áreas são de responsabilidade do Estado ou da União.

Sobre a violência no campo – De acordo com a Dra. Kátia, verificou-se a necessidade de um diálogo da comissão criada pelo Tribunal de Justiça com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará e com a Comissão Pastoral da Terra para tratar do tema, a fim de que fosse discutido o sub-registro de casos de homicídios no campo. Ressaltou que se as ações penais não chegarem à Justiça, não há possibilidade deles serem analisados, e que há uma dificuldade de integração com a polícia. É necessário analisar o motivo da lentidão dos inquéritos.

- Situação de casos que ganharam repercussão: a) Os processos envolvendo a família Canuto foram julgados ou estão em recurso; b) O processo do caso Ubá está correndo bem; c) O processo do Caso Dezinho teve que ser retirado de Rondon, uma vez que os envolvidos são grandes empregadores da região, o que pode influenciar na decisão.

- Foi criada uma comissão para dar segurança aos juízes, mas, segundo ela, esta não pode ser considerada eficaz. Um dado importante: 80% dos juízes de primeira instância hoje são de fora do Pará.

- Em cinco anos, dentro do planejamento estratégico do Tribunal será criado um Núcleo de Conflito Fundiário para: a) gerenciar as demandas possessórias urbanas e rurais; b) controlar ações penais e centralizar dados relativos aos casos; c) institucionalizar os processos da área.

3.1.3. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (SEMA)

Reunião com a Secretária Teresa Lusía Martines Coelho Cativo Rosa, com a chefe de gabinete Regina Oliveira Sabbá e equipe

Destaques da reunião:

- De acordo a Sema, toda a Terra do Meio já foi institucionalizada. São responsáveis pela gestão: a Fundação Nacional do Índio - Funai (há quatro territórios indígenas), o Ministério

do Meio Ambiente, via Instituto Chico Mendes (com a Estação Ecológica da Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo) e a Sema (com a Área de Preservação Ambiental Triunfo do Xingu e a Floresta Estadual do Iriti). Ao todo, isso envolve cerca de 8 milhões de hectares. A APA Triunfo do Xingu possui 1.681.000 hectares. O governo estadual está negociando com a organização The Natural Conservancy (TNC) o plano de manejo para a área. O maior problema na APA, segundo a Sema, é com grandes proprietários rurais.

- Curiosidade: há ainda 8 mil hectares de “vácuo” na Terra do Meio, que não está sob responsabilidade de nenhuma das instituições citadas acima.

- Nenhum plano de manejo florestal foi liberado este ano para a Terra do Meio. A Sema afirmou que houve apreensão de madeira extraída ilegalmente de áreas federais este ano. Questionada se a extração ilegal também ocorreria na APA Triunfo do Xingu, os técnicos da Sema afirmaram que sim, ressaltando que isso significa contrabando de madeira.

- A Sema informou que os manejos florestais irregulares utilizados que esquentam madeira retirada ilegalmente, e que são vetores de violência, estão sendo apurados. E que a Sema irá facilitar essas apurações.

- A secretária Teresa Lusía frisou que a atual administração está aumentando a transparência nas ações e que a Sema está passando por um momento crítico, do ponto de vista ético. Lembrou que recebeu uma secretaria com intervenção da Polícia Federal e que existe uma máfia ambiental no Estado. Além disso, afirmou que não aceita mais pedidos do Ibama que não venham do próprio superintendente, para evitar problemas.

- Sobre a demora no licenciamento ambiental, a Sema afirmou estar lutando para zerar o passivo. Uma das diretrizes da Secretaria é realizar forças-tarefas a fim de zerar esse passivo. É necessário modernizar a Sema para que possa responder de forma mais rápida às demandas, apurar as denúncias e promover a integração entre os órgãos estaduais e federais.

- Para combater esses problemas, de acordo com a secretária, o Estado não pode seguir caminhos ou toras de madeira. Os sistemas de dados informatizados do poder público seriam a principal ferramenta para isso, ou seja, é preciso utilizar métodos de inteligência, cruzando informações, para combater o desmatamento ilegal.

- Segundo a Sema, falta uma macropolítica de meio ambiente para o Estado do Pará. Essa política que estaria sendo finalizada pelo atual governo, deve tratar o pequeno produtor de forma diferente do grande. Além disso, uma meta instituída pela Secretaria é a descentralização da gestão ambiental. O objetivo é fortalecer os municípios para que eles possam gerir melhor os processos ambientais.

- Locais como Anapu não poderiam receber, logo de cara, autorização para gerir os processos ambientais. Mas outros maiores, e mais estruturados, sim. A Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará), entre outros órgãos, deverá fazer parte desse processo, garantindo inteligência e tecnologia. Segundo a Sema, esse processo deve contar com a participação do Ministério Público Federal.

- Foi feito um planejamento estratégico pensando nessa descentralização de gestão, que envolve discussões sobre a natureza legal desse processo e sobre a necessária educação

ambiental. No final de outubro, os primeiros municípios para essa gestão descentralizada serão treinados. A Secretaria afirma contar com independência política para o desenvolvimento dessas atividades.

- Por fim, lembro que a Sema está se reunindo com 20 usinas guseiras para discutir sustentabilidade e desenvolvimento.

3.1.4. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ E INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
Reunião conjunta envolvendo o Procurador-Geral do Estado Dr. Caio de Azevedo Trindade, sua chefe de gabinete, Dra. Carolina Ormanes Massoud, o Presidente do Iterpa, Dr. Alberto Lamarão Corrêa, sua chefe de gabinete, Dra. Amélia Borges e técnicos do Iterpa.

Destaques da reunião:

- De acordo com o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), há uma indefinição da base territorial entre o que é do Estado e o que é da União, além de deficiências nas trocas de informações. O Instituto reclama que a Funai deveria comunicar ao governo estadual suas decisões, por exemplo.

- O presidente do Iterpa afirmou que desconhece assentamentos que tenham dado certo no Estado do Pará. Deu como exemplo o município de Tailândia, que surgiu de uma colônia e hoje teria sérios problemas econômicos.

- Um dos maiores avanços apontados pelo Iterpa é o desenvolvimento de sua base de dados que reúne informações do próprio Instituto e do Incra, entre outros, sobre a situação cadastral das propriedades do Estado. O objetivo é disponibilizar essas informações para os cartórios de imóveis rurais do Estado. Não há previsão, contudo, para esse banco de dados entrar em funcionamento, devido ao lento processo de inserção de informações.

3.2. - 07/04/2011 - Reuniões com autoridades, entidades e especialistas em Belém

3.2.1. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO PARÁ

Reunião com os Procuradores da República Dr. Felício Pontes Júnior e Dr. Alan Mansur

Destaques da reunião:

Para discutir a questão das violações dos direitos humanos na região da Terra do Meio, os procuradores dividiram o tema em quatro pontos:

a) Terra Legal

- Felício Pontes destacou uma reportagem do jornal Folha de São Paulo, mostrando que o programa Terra Legal não cumpriu 2% de sua demanda para a Amazônia. Quando a “Medida Provisória da Grilagem” virou lei, o MPF bateu muito na questão, uma vez que o limite de cessão de área aos proprietários rurais era muito grande. Quando foi identificado que os títulos de propriedade envolveriam uma área 2,5 vezes o tamanho do Estado do Pará, decidiu-se que o MPF deveria entrar com 15 mil ações judiciais.

- Pediram manifestação do Tribunal Regional Federal para cancelar os títulos. A corregedoria não queria fazer isso por causa do possível questionamento pela defesa dos detentores dessas terras da ausência de contraditório. Mas, segundo Felício, em uma experiência anterior, apenas 2% dos atingidos teriam reclamado do cancelamento. Aí foram ao Conselho Nacional de Justiça, que determinou os cancelamentos dos títulos.

- Havia a percepção de que existiam muitos casos de alienação de terras públicas, principalmente na região da Transamazônica, então a quantidade de casos a serem analisados é grande. Mas o Incra não está conseguindo dar conta desse processo. Felício se preocupa quanto à velocidade dessa requalificação, pois acredita que a instalação do canteiro de obras de Belo Monte irá causar um impacto fundiário no entorno que inviabilizará esse processo.

- Segundo ele, o Incra não sente tanta falta de servidores públicos quanto de procuradores. Deveria haver procuradorias do Incra funcionando com equipes trabalhando em tempo integral em Altamira. A Advocacia Geral da União, responsável por lotar os procuradores, deveria se atentar a isso. Em se tratando de estrutura física, a do Incra em Anapu é preocupante. No final de 2008, as condições eram precárias, depois foi inaugurado um prédio novo, mas este, ainda assim, é limitado. De acordo com o MPF, há muita coisa na Justiça Estadual que precisaria ser retirado e remetido à Justiça Federal, ou seja, torna-se ainda mais necessária a presença de mais procuradores do Incra com estrutura decente para trabalharem.

- Felício frisou que o Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, em Anapu, é insignificante em tamanho, mas importante em termos de Pará. Não só pelo simbolismo representado por ser a terra defendida pela missionária Dorothy Stang, assassinada em fevereiro de 2005 a mando de pecuaristas e madeireiros da região, mas por conta do modelo diferenciado que ele representa. O PDS Esperança tem sido um exemplo para outros programas. Hoje, quem tem menos recursos na comunidade já tem uma moto, uma vez que a produção de cacau tem sido muito boa. Resultado: em julho de 2010, o Pará se tornou o maior produtor de cacau do Brasil e o PDS Esperança teria uma grande parcela de responsabilidade nisso.

- De acordo com Felício Pontes, o programa seria um oásis em meio à miséria da região (composta por grandes extensões de pasto e gado raquítico), mostrando que é possível garantir qualidade de vida à população e desenvolvimento econômico ao país, de forma sustentável e pacífica, com respeito aos recursos naturais. O local conta com estrutura de escoamento de produtos, com vias de transporte decentes - o caminho que se fazia em dois dias, hoje se faz em 45 minutos. Também conta com uma das únicas áreas preservadas de floresta da região.

- Por isso, o MPF defende que o PDS Esperança é um exemplo de como se conduz um assentamento no Brasil. Na área de um dos mandantes do assassinato da irmã Dorothy, (Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida) hoje há cobertura florestal com árvores de sete metros de altura. As famílias que produzem o cacau, orgânico, estão formando uma cooperativa. Já quem está trabalhando com gado e madeira na região está na miséria. Vale ressaltar que Bida foi flagrado com trabalho escravo pelo grupo móvel de fiscalização do governo federal, que libertou 13 trabalhadores rurais de seu pasto. Por conta disso, ele foi relacionado durante dois anos na “lista suja” do trabalho escravo.

- De acordo com Felício, os que detêm o poder em Anapu fazem de tudo para que o PDS não dê certo, uma vez que seriam as mesmas pessoas que perderam terras para a instalação do Programa. Depois da morte de Dorothy, o MPF ganhou todas as decisões judiciais sobre a questão da terra na região. Para tentar desestabilizar o PDS, Felício afirma que o grupo descontente colocou “toreiros” no papel de assentados para extrair e vender madeira. Os conflitos resultantes entre esses madeireiros e os assentados reais ganhou espaço na mídia nacional e internacional. Os toreiros culpavam a Comissão Pastoral da Terra por incitar a violência – o que não condizia com a realidade, de acordo com o MPF. O Incra está retirando esses não-beneficiários da reforma agrária de lá. Mais do que nunca, os assentados demandam a presença do Estado brasileiro, para garantir que sua integridade física e econômica seja mantida.

b) Justiça Federal

- A Justiça Federal, de acordo com Felício Pontes, foi célere em dar respostas para as liminares do juiz Federal de Altamira sobre Belo Monte. Ele estranha a velocidade com a qual as decisões foram tomadas, que não condizem com o rito normal.

- De acordo com o MPF, o Tribunal Federal Regional da 1ª Região está convocando juízes para mutirões fora do Estado. Hoje, haveria menos de um terço das vagas federais efetivamente ocupadas no Pará. Realizar um novo concurso para juízes acaba não sendo suficiente porque os titulares não ficam no Pará. Ele ressalta que tem gente que se titula no Estado, mas vai trabalhar na prática em outro lugar. Isso se resolveria com uma decisão política do presidente do Tribunal. A falta de juízes, é claro, aumenta a impunidade de crimes ambientais, fundiários e contra os direitos humanos.

c) Sistema de Segurança

- De acordo com Felício Pontes, a população tem medo de que a Polícia Federal saia de Anapu. Guaritas estão sendo instaladas nas entradas dos Programas de Desenvolvimento Sustentável.

- Felício relatou que continuam ocorrendo problemas com os políticos locais. Cita como exemplo Délio Fernandes, vice-prefeito de Anapu que está sendo processado pelo próprio MPF por crimes ambientais e que foi pego novamente com madeira apreendida.

d) Usina Hidrelétrica de Belo Monte

- De acordo com Felício, os custos sociais e ambientais não estão computados hoje na análise de impacto do governo quanto às obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Se isso fosse considerado, o preço ficaria muito mais alto do que a energia solar – uma das tecnologias mais caras. Ele considera que a forma como são conduzidas essas grandes obras de engenharia no Brasil é bastante controversa. Ao invés de serem vetores de desenvolvimento, elas têm levado morte e violência para essas regiões. Por exemplo, em Rondônia, o índice de morte com violência subiu após a instalação do canteiro das usinas de Jirau e Santo Antônio.

- Segundo Felício, o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental de Belo Monte prevê a chegada de 100 mil pessoas devido à obra, podendo até ser mais. O número surpreende porque o município de Altamira tem cerca de 105 mil habitantes, segundo ele. Cerca de 20 mil pessoas chegaram nos últimos seis meses. E, ao final da obra,

ao menos 60 mil permanecerão na cidade, desempregados – numa perspectiva numérica otimista. Esse contingente poderá se transformar em ocupantes de terras. Por isso, o Estado precisa chegar antes e acelerar a regularização das terras, antes que Belo Monte aconteça.

- O Estado, de acordo com o procurador, não tem condições de garantir segurança pública na região, que será um barril de pólvora. A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará não vai ter recursos financeiros e humanos para garantir a segurança dos moradores e dos empreendimentos. A miséria que hoje atinge uma grande parcela da população, tende a crescer. E ainda que se faça uma regularização fundiária decente, esse impacto vai acontecer. Felício destaca que a especulação imobiliária já aumentou na região urbana do município e mesmo no entorno rural mesmo sem a obra existir.

3.2.2. PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ (AGU)

Reunião com o Procurador-Chefe substituto Dr. Denis Gleyce Pinto Moreira

Destaques da reunião:

– Com o cancelamento das matrículas de imóveis rurais pelo Conselho Nacional de Justiça, a Advocacia Geral da União, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e os cartórios do Estado do Pará estão vivendo uma fase de transição, haja vista que foram canceladas mais de 16.000 matrículas.

– A expectativa principalmente por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Pará era de que haveria uma grande demanda de ações judiciais, o que de fato não ocorreu. Denis citou como exemplo que, das matrículas canceladas, apenas dois processos judiciais estão tramitando no Supremo Tribunal Federal, o que demonstra que efetivamente as matrículas eram de alguma forma irregulares, e os titulares de pretensos direitos sobre os imóveis rurais preferiram não acionar o Poder Judiciário.

– A questão fundiária e ambiental é pauta institucional da Advocacia Geral da União, conforme definido pela Procuradoria Geral Federal.

– Já foram propostas várias ações judiciais contra grileiros de terras no Estado do Pará, tanto pela AGU como pelo MPF e pela Procuradoria Geral do Estado, lembrando que a grilagem ocorre também em terras públicas que pertencem ao Estado do Pará. Em alguns casos a atuação deve ser conjunta porque existem imóveis onde parte é da União e parte é do Estado, sendo que a expectativa a médio e longo prazos é muito boa no sentido de reaver tais imóveis para destiná-los para sua finalidade social (reforma agrária, projetos extrativistas sustentáveis etc).

– Há ausência absoluta de funcionamento e estrutura dos órgãos federais e estaduais na região da Terra do Meio. As quadrilhas de grileiros e madeireiros ilegais conhecedores desse abandono, agem livremente desmatando vastas áreas, expulsando ribeirinhos, extrativistas e pequenos trabalhadores rurais, inclusive nas reservas permanentes, fatos que contribuem muito para a violação dos direitos humanos e sociais na região.

– A Procuradoria tem apenas 16 advogados da União que atuam em todo o Estado do Pará, que é um Estado muito grande, com grandes riquezas e grandes problemas, de muito interesse para a União Federal pela importância política e estratégica. Citou que na Bahia,

por exemplo, estão lotados 30 procuradores, o que demonstra claramente o desinteresse do Estado em efetivamente se fazer presente no âmbito da Amazônia Legal, no Estado do Pará em particular.

– Cita como exemplo a questão das liminares deferidas em favor da União que levam, em média, cerca de 4 anos para serem cumpridas, trazendo prejuízos incalculáveis.

3. 2.3. Reunião com o Professor da UFPA e ex-diretor do Instituto de Terras do Estado do Pará Girolamo Domenico Treccani

Destaques da reunião:

- De acordo com Girolamo, nunca se chegou a ter clareza sobre a quantidade de terras que foram federalizadas no Estado do Pará. A indefinição de jurisdição, somada à criação de unidades de conservação e à existência de terras indígenas nunca demarcadas, geraram uma imensa confusão na Terra do Meio.

- Há áreas que deveriam ser de jurisdição estadual, mas que o Estado do Pará nunca assumiu de fato. Há demandas judiciais que não chegam a uma solução. Projetos de assentamento desorganizados. Terras sob responsabilidade estadual e federal misturadas. Vale lembrar que São Félix do Xingu, um dos maiores municípios do Brasil, possui 8,5 milhões de hectares de área real, mas 28,5 milhões de hectares registrados em cartório.

- O combate à grilagem de terras não está surtindo efeito. Não é só em São Félix do Xingu. No município de Moju é ainda pior: o município tem 1 milhão de hectares, mas totalizando os registros em cartório, chega-se a números como 5, 8 ou 12 milhões de hectares. Enfim, as informações que os cartórios possuem são precárias.

- Segundo Girolamo, deve-se perguntar aos cartórios quais as origens dos registros de imóveis rurais. Houve o cancelamento dos registros, mas até hoje essa ação pode ser considerada como ineficaz, porque nada mudou no Estado. Nenhum cartório apresentou aos órgãos, que pela decisão do Ministro Gilson Dip deveriam receber os cancelamentos, os dados desses registros. Se não fizermos uma limpeza nesses registros, não é possível combater a grilagem de terras.

- Há casos analisados pelo Iterpa em que se verificou que cada vez que o registro passou pela mão de alguém, a área da fazenda cresceu.

- Apesar do título de posse ser o documento mais antigo e utilizado no processo de descobrir a cadeia dominial, ele é o mais complicado de todos. Título de posse não é título de propriedade, mas muitos cartórios consideraram isso mesmo assim. Na Terra do Meio, há colônias tituladas na década de 1970 que ninguém sabe o dono.

- O que é possível fazer? O Estado checar o que ele mesmo fez. Enquanto isso, o governador afirmou que potencializaria a ação do Iterpa. Mas não é isso que se vê. Se não for feita uma varredura fundiária completa no Estado, apontando o que está na mão de quem, qualquer estratégia de regularização não irá longe. É necessário que seja recuperada a memória histórica federal e estadual desses registros. Ou seja, é preciso juntar de fato os dados do Incra e do Iterpa, entre outros órgãos, para que isso dê certo.

- Quando se trata de defender a propriedade privada no Pará, a liminar judicial é relativamente rápida. Contudo, quando a terra é pública, não há a mesma pressa para resolver o problema.

3.2.4. SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - SDDH

Reunião com o presidente Marco Apolo Santana Leão e equipe

Destaques da reunião:

- De acordo com os membros do SDDH presentes na reunião, a violência no campo no Pará ficou mais visível com o assassinato de Dorothy Stang, mas há inúmeras outras situações de assassinatos ligados a conflitos de terra causados pelo avanço da pecuária e da ação madeireira.

- E por falar em conflito, ele já está se instalando na região de Belo Monte. Autoridades têm colocado a população contra os defensores de direitos humanos por conta de sua posição crítica. Novas violações aos direitos humanos devem acontecer devido à obra.

- A presença seletiva do Estado na região de fronteira agrícola contribui para a existência de trabalho escravo. Ele está presente para garantir os direitos da elite, mas não necessariamente para proteger crianças e adolescentes da exploração sexual ou trabalhadores da exploração econômica.

- O Governo do Estado do Pará criou a coordenadoria de combate ao trabalho escravo, mas não garantiu paridade à Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae). Ao longo do tempo, questionamentos de ordem política perderam espaço. Recentemente foi incluída a questão do tráfico de pessoas. Hoje a sociedade civil está aguardando uma retomada por parte do governo das atividades da Coetrae. O trabalho dessa comissão torna-se mais importante ainda por conta da possibilidade de tráfico de pessoas, tanto de operários quanto de mulheres para as obras de Belo Monte.

- Fernando Matos, responsável pelo Programa de Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, comprometeu-se a dar retaguarda através da formação de agentes públicos, entre eles policiais, para a erradicação da tortura no Estado. Segundo a SDDH, o Programa de Defensores de Direitos Humanos não garante segurança, o que gera a certeza de impunidade. O Conselho de Segurança Pública infelizmente não é paritário e não tem havido quorum para as reuniões.

- Duas comissões foram criadas no Tribunal de Justiça do Pará, uma para tratar da grilagem de terras e outra para analisar os homicídios decorrentes da disputa de terras no campo. Com relação a esse segundo, o tribunal unilateralmente reduziu a lista de mortos em conflitos no campo produzida pela Comissão Pastoral da Terra de quase 700 nomes para 75. A SDDH quer saber o que aconteceu com esses casos que foram retirados.

- Em 2009, um advogado estuprou uma menina de 11 anos. No mesmo ano, um grupo de 11 pessoas foi preso por protestos em Tucuruí. O advogado conseguiu sair no mesmo dia, enquanto que o grupo de manifestantes ficou dois meses preso. Isso mostra a diferença de tratamento da justiça no Estado do Pará.

- A SDDH entregou à Comissão Especial do CDDPH os documentos relativos ao caso de Belo Monte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

3. 2.5. Reunião com professor José Benatti, ex-presidente do Instituto de Terras do Pará (Iterpa)

Destaques da reunião:

- Segundo ele, o maior problema é a disputa pela terra e a incapacidade do Estado em definir a propriedade dela. A situação vai se acirrar em cinco anos, pois haverá um aumento na demanda das commodities alimentícias. O efeito da fome será a pressão sobre a terra.

- Faltam políticas para a agricultura familiar. Não há cadeias produtivas familiares concorrendo de igual para igual com o agronegócio. Aliás, tanto a grande, quanto a pequena propriedade familiar, vão perder peso. Os chineses, por exemplo, vão dominar muitas das cadeias agropecuárias e extrativistas.

- É necessária uma gestão séria para comunidades e assentamentos rurais, pois eles estão sentados em cima de uma grande quantidade de riqueza na Amazônia brasileira. O Incra deve dar imediatamente condições de uso a essas comunidades e o governo deve estudar melhores formas de garantir a destinação de recursos.

3.3. – 08/4/2011 - Reuniões com autoridades, entidades e movimentos sociais em Altamira

3.3.1. VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA E INSTITUTO CHICO MENDES (ICMBIO)

Reunião com o juiz Márcio Bittencourt e com a analista ambiental Manuele Paiva

Destaques da reunião:

A Vara Agrária de Altamira é responsável por 12 municípios (Placas, Medicilândia, Altamira, Senador Porfírio, Melgaço, Anapú, Gurupá, Brasil Novo, Porto de Móz, Pacajá, Vitória do Xingu, Uruará). O antigo juiz suicidou-se no próprio gabinete em 2009.

Sobre a questão agrária: Hoje há cerca de 100 processos de conflitos agrários coletivos na Vara Agrária de Altamira. Há uma descrença no Judiciário por conta da não efetivação de suas decisões. A população pensa “para que procurar algo que não vai mudar nada de fato?” e isso, é claro, leva à busca de justiça com as próprias mãos. Márcio reclamou da falta de recursos e apoios para o cumprimento de liminares pendentes.

Ele começou a adotar inspeção judicial *in loco* com documentação fotográfica, visita à sede da propriedade e às benfeitorias, mas também do local da ocupação de terra ou da tentativa da ocupação. Verifica se a propriedade é produtiva e se estão cumprindo a função social da propriedade. Informações são colhidas declarações tomadas, o cenário inteiro é montado.

Quando há projeto de manejo florestal com problemas, ele convoca o Ibama e a Sema para participarem. Ressalta que muitos deles só existem no papel. A Vara Agrária tem obrigado as instituições ligadas à questão fundiária a fazer o papel delas. Por exemplo, exigindo do Incra informação para saber quais ocupantes têm direito a serem beneficiários da Reforma Agrária.

Márcio afirma já ter feito sete inspeções *in loco* até agora. Uma por mês desde que assumiu. Em apenas duas contou com proteção da polícia militar. Em uma das sete, as terras eram griladas. Há outras quatro liminares na fila. Sobre o PDS Esperança: em março, as famílias que estavam derrubando árvores ilegalmente e eram beneficiárias da reforma agrária foram remanejadas. A Comissão Pastoral da Terra considera que esses eram ocupantes irregulares. Há projetos de reforma agrária sem plano de manejo e com fraude.

De acordo com o juiz, a Sema e o Ibama estão desestruturados.

Ele tem solicitado a verificação para determinar se as condicionantes das CATPs têm sido cumpridos com sua função social.

Sobre os cartórios, o juiz afirma que deveria haver um normativo específico para tratar da requalificação dos títulos de terra. Ele aponta que há má-fé, ignorância e incompetência nos cartórios, o que dificulta os processos.

Sobre a questão ambiental: o principal crime ambiental é a derrubada ilegal da mata, crimes envolvendo a extração ilegal de madeira. Márcio criticou as operações de caráter midiático que ficam dez dias e vão embora, só para mostrar que algo está sendo feito. Reclama que o que deveria acontecer é uma ação no dia-a-dia com a presença da polícia.

Afirma que reuniões periódicas têm sido realizadas entre o Ibama, o ICMBio, Sema, Semat, Promotoria e Vara Agrária, para discutir a situação.

Passaram a contemplar as reservas extrativistas com recursos oriundos das transações judiciais, ou seja, dinheiro de madeireiros sendo revertido para os ribeirinhos, por exemplo, ou limpando praias da região e promovendo a educação ambiental. Atualmente está sendo feito um levantamento de toda a madeira apreendida, pois querem destinar para o projeto “Começar de Novo”, com o “Sistema S” sendo chamado para qualificar.

Segundo ele todas essas ações estão surtindo efeito, há madeireiros se regularizando e usando guias florestais.

Sobre a questão criminal: no município, ainda há uso de contêineres para abrigar presos – cerca de 100 deles estão nessas condições.

Há casos de desvio de conduta de policiais. O juiz foi claro em afirmar que há policiais “vendidos” na região. Uma organização criminosa de policiais militares foi combatida inclusive com o indiciamento do comandante geral e de mais 12 policiais. Havia indícios do envolvimento com o tráfico de drogas, por exemplo.

Márcio tem receio com relação à sua segurança pessoal. Vale lembrar que fazendeiros utilizam policiais militares como seguranças privados e que há registro de execuções.

Manoela, do ICMBio, afirma que moradores da região da Terra do Meio denunciaram a violência contra os pequenos produtores antes da criação da reserva, incluindo violência contra mulheres e crianças. Segundo ela, existe risco para eles trabalharem, inclusive. Na Estação Ecológica, são 3,3 milhões de hectares para serem cuidados por três servidores. Já no Parque Nacional, a situação é “melhor”: conta com dois servidores para cuidar de 460

mil hectares. Ela aponta também que qualquer demanda social da região acaba indo para o ICMBio e sua reduzida estrutura.

Ela aponta que parte dos moradores do Parque Nacional está sendo reassentada e parte deve ficar na área. São famílias tradicionais que fecharam um acordo com o governo para permanecerem por enquanto.

Há hoje, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei (PL 6479/2006) que quer redefinir a área das unidades federais de conservação na região. Usa como justificativa de que há 2500 famílias que ficaram sem meios de garantir seu sustento para excluir uma faixa grande de terra dessas áreas de preservação federal. Coincidentemente, essa área equivale a grandes fazendas que foram desapropriadas anos atrás e que, inclusive, incidiram em desmatamento ilegal. Na conta do ICMBio, o número de famílias não chega a 60, e não 2500.

Manoela lembra inclusive, que há proprietários de terra na região que foram flagrados com trabalho escravo, citando Jeová de Souza Pimentel.

O ICMBio não foi solicitado a se pronunciar no processo de licenciamento de Belo Monte, segundo ela.

Aponta também que a criação da Floresta Nacional de Altamira vai gerar conflito fundiário.

Ela reclama também da falta de estrutura física e de recursos para o ICMBio, o que pode levar a uma diminuição ainda maior do número de servidores.

3.3.2. MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE

Reunião com representantes do Movimento Xingu Vivo e com representantes dos atingidos pela obra da UH Belo Monte.

"Ser ouvido, de forma séria". Essa é a principal reivindicação de indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores que sofrerão os impactos diretos da hidrelétrica de Belo Monte. Abaixo estão pontos ressaltados pelos depoimentos das lideranças indígenas, ribeirinhas e de pequenos agricultores colhidos durante a reunião. Logo na seqüência, íntegras de parte dos depoimentos que foi gravada.

- O diálogo com o governo está fechado, não tem jeito. Não acreditamos mais no governo federal. Que diálogo é esse que o governo tem com a sociedade em que falamos e não se escuta?

- O governo diz tanto sobre preservação e traz um empreendimento desses? Que direitos humanos a gente tem? Tem que ser discutido, não pode ser assim, na pressão. Dizem que querem trazer desenvolvimento para cá. Para nós está sendo um rolo compressor.

- Quem veio nas audiências do governo, não teve resposta para as suas perguntas. Além disso, organizaram audiências em cima da hora para não podermos participar. Nós não estamos sendo ouvidos pelas empresas e pelo governo. Eles vêm, jogam um livro em cima da nossa mesa ou embaixo da porta com as etapas da obra e dizem que aquilo é diálogo.

- Os agricultores que vieram nas audiências se sentiram intimidados. Muita polícia, pouco tempo para falar. Agricultor não tem esses costumes... Achamos que na audiência pública, nós podíamos falar nossas coisas, mas não conseguimos.
- Para onde vamos? Para a periferia da cidade, que já está cheia de gente?
- Funai havia explicado no começo que as comunidades indígenas seriam ouvidas e receberiam todas as explicações. O que aconteceu é que as comunidades foram estudadas, não ouvidas, nem consultadas. O governo federal está mentindo dizendo que fomos consultados, porque não fomos.
- Eu estou lá e não fui ouvida. Estou consciente, não sou louca. Era para ter encontro só com os indígenas, mas houve só audiência [para a população em geral] e não para os índios como deveria ter.
- Não queremos doações de cestas básicas como eles ofereceram [para mitigar o impacto]. Queremos nossa terra livre para produzir nela.
- Nós sabemos o que está acontecendo, mas tem outros índios, isolados, que não sabem. O que vai ser deles?
- Meu pai tem 64 anos e herdou a terra dos avós dele. Lá estão os restos mortais de todos. Ele me disse que não quer sair, que quer ficar lá quando morrer. Cortou meu coração.
- A Norte Energia [empresa responsável pela obra de Belo Monte] disse que não vai indenizar área de mata, só terreiro, benfeitoria. Estamos sendo punidos por proteger a mata.
- No feriado de Carnaval, colocaram um placa gigantesca dizendo que já estavam construindo, o que intimidou o povo. E não era verdade. As pessoas começaram a me ligar, perguntando.
- Perguntamos o que eles vão fazer com o nosso cemitério. Eles disseram que isso é sentimentalismo.
- Eu estava descansando. Chegou o pessoal da empresa pedindo autorização para fazer um levantamento topográfico. Peguei o papel, olhei e rasguei. Disse que jamais assinaria o papel. A moça disse que são três vezes que vão à propriedade. Depois vem a ordem judicial e vou ficar sem indenização.
- Tudo o que a gente tem foi feito com amor. É difícil ver tudo isso. Mesmo sendo agricultor, a gente sabe que tem outras maneiras. Esses presidentes estão a serviço das grandes empresas.
- O EIA/RIMA [Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental] é incompleto e mentiroso. As respostas do governo frente à OEA são horríveis e vergonhosas.

- Queremos ver a Norte Energia, o Ibama, a Funai, dizer para a presidente Dilma que mentiram, que não ouviram o lado dos moradores. A situação na OEA é essa hoje porque o governo nunca quis nos ouvir.

- Imaginamos um governo democrático e popular e vemos que ele não é. Belo Monte não vai sair porque é uma grande farsa.

3.3.2.1. Síntese das denúncias colhidas junto aos movimentos sociais e comunidades locais

Denúncias de falta de transparência e inacessibilidade às informações que fazem parte do processo de licenciamento e seu monitoramento:

- a. Relatórios elaborados pela Norte Energia (Nesa) são entregues ao Ibama, sem que a sociedade civil, principalmente a da região de Altamira tenha conhecimento e acesso.

Denúncias de falta de diálogo com a sociedade:

- b. Representantes da Nesa e dos órgãos governamentais envolvidos com a implantação da UHE Belo Monte não participam dos debates públicos (exemplo: audiência convocada pela 4ª e 6ª Câmara do MPF em 01 dez. 2009, pela Comissão de Direitos Humanos do Senado em 02 dez. 2009, debate televisivo organizado pela TV Record no final de março de 2010 em Altamira, entre outros)

Denúncias de falta de participação da sociedade civil durante todo processo:

- c. Formato e quantidade inadequada de audiências públicas;
- d. Projetos Básico Ambientais (PBAs) estão sendo finalizados sem nenhuma consulta à população da região (exceto para os PBAs indígenas);
- e. Não-realização das oitivas indígenas previstas na CF e na OIT 169;
- f. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu elaborado sem contribuição de diversos atores locais;
- g. Coordenação do Comitê gestor do PDRS Xingu a ser compartilhado por instancias governamentais municipais, estaduais e federais

Denúncias de auto-regulação do processo:

- h. Monitoramento das condicionantes é feito pela própria Nesa através de relatórios enviados ao IBAMA que não tem estrutura para realizar vistorias permanentes na região do empreendimento.

Denúncias de ausência de mecanismos que garantam o respeito aos direitos das populações ameaçadas/atingidas:

- i. Processo de negociação das terras/benfeitorias das populações localizadas em áreas requeridas pela obra feito sem o devido acompanhamento da Defensoria, Promotoria e Procuradoria, resultando em abusos, coerção, intimidação e ameaças aos agricultores e ribeirinhos;
- j. Cooptação de lideranças e comunidades indígenas por representantes da Eletronorte através de promessas, bens materiais ou ameaças (suspensão dos serviços básicos de atendimento à saúde e educação indígenas)

Denúncias de supostas ilegalidades marcando o processo de licenciamento:

- k. São 12 processos judiciais aguardando julgamento de mérito no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e na 9ª Vara Ambiental e Agrária;
- l. Lentidão do Judiciário em julgar esses processos fez com que movimentos recorressem à CIDH da OEA para salvaguardar os direitos das comunidades locais ameaçadas;
- m. Licença de instalação parcial 770/2011 concedida em 26 de janeiro de 2011 não possui embasamento legal e foi questionada na justiça pelo MPF através de uma ação civil pública.

Denúncias de supostas irregularidades marcando o processo de licenciamento:

- n. Pareceres técnicos do Ibama e da Funai sendo ignorados e não levados em consideração na concessão das licenças ambientais;
- o. Segunda licença ambiental foi dada sem que as 66 condicionantes estabelecidas na Licença Prévia tenham sido cumpridas e os PBAs finalizados;
- p. Projeto vem sendo modificado ao longo do processo sem nenhuma avaliação dos impactos socioambientais adjacentes (reservatório aumentou 50 % passando de 440km² no EIA/RIMA para 668km² no edital do leilão; apenas um canal de derivação será construído ao invés de 2 canais como no EIA/RIMA e um vertedouro foi retirado do projeto);
- q. Populações atingidas e impactos socioambientais subestimados no EIA/RIMA, PBA e no atendimento às condicionantes (exemplo: estudo sobre modelagem de desmatamento feito pelo Imazon apresenta um cenário de desmatamento adicional para os próximos 20 anos na região como consequência de Belo Monte que varia de 800 km² à 5.136 km²)

Denúncias de praticas de intimidação e perseguição:

- r. Promotores, Procuradores e até juizes federais sofreram representações da AGU;
- s. Lideranças dos movimentos sociais, de entidades da sociedade civil até o juiz federal de Altamira foram assediados pela ABIN.

3.3.2.2. Reivindicações dos movimentos sociais e comunidades locais ouvidos pela comissão sobre o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

O processo de construção da UHE de Belo Monte requer acompanhamento e discussão mais aprofundados por parte do CDDPH. Por isso, este relatório não faz recomendações referentes ao tema. Mas não podia se furtar de sua responsabilidade para com as populações impactadas pela obra e traz, abaixo, os pleitos ouvidos de forma a que sejam encaminhados às autoridades competentes:

- 1) Realizar as oitivas com as comunidades indígenas que serão impactadas pelo projeto em acordo com as próprias comunidades.
- 2) Recomendar ao Ibama a suspensão da Licença de Instalação de Belo Monte até que se cumpram todas as condicionantes ambientais e indígenas da Licença Prévia.
- 3) Recomendar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região a definição da Vara competente para o julgamento de todas as Ações Cíveis Públicas relativas a Belo Monte, e celeridade no julgamento das ações que tramitam no próprio TRF1.

- 4) Recomendar ao Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu) que constitua, sob supervisão do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União e da Defensoria Pública, uma auditoria externa e independente do cumprimento das condicionantes.
- 5) Recomendar que os Ministérios Públicos Federal e Estadual acompanhem os processos de desapropriação e os processos de compensação, considerando as denúncias dos movimentos sociais.
- 6) Recomendar ao Incra, Ibama, Funai, Polícia Federal, Ministério Público Federal, entre outros órgãos competentes, que sejam apuradas todas as denúncias de ameaças, invasões de propriedades, indução de assinatura de documentos e outros, ligados à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e que sejam tomadas as medidas cabíveis
- 7) Recomendar ao Incra e à Funai que agilizem o processo de desintrusão das terras indígenas mencionadas nas condicionantes da Licença Prévia, principalmente a Terra Indígena Apyterewa, com a definição das áreas para reassentamento dos trabalhadores rurais clientes da reforma agrária.

3.3.3. PRELAZIA DO XINGU E COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Reunião com Irmã Jane, Padre Amaro e Irmã Kátia (CPT em Anapu) e Elcia Souza (advogada da Prelazia do Xingu)

Destaques da reunião:

Por conta dos encaminhamentos de janeiro e março, trabalhadores estão sofrendo ameaças na região. Por exemplo, as ameaças feitas pelo irmão do vice-prefeito de Anapu (Délio Fernandes), Luciano Albano Fernandes. Uma das áreas envolvidas em denúncias ainda tem muita madeira, por isso os madeireiros e pecuaristas ainda estão de olho.

3.3.4. PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALTAMIRA

Reunião com Bruno Alexandre Gutschow, procurador da República

Destaques da reunião:

De acordo com o procurador Bruno Gutschow, as violações de direitos humanos na região são constantes e chamou a atenção para o trabalho escravo. Devido à dificuldade logística (a área sob sua responsabilidade é maior que o Estado de São Paulo), há um isolamento físico e uma ausência total do Estado, o que facilita a incidência de formas contemporâneas de escravidão. Quanto mais longe do centro de Altamira, maior a violação dos direitos humanos, afinal de contas, isolado, o detentor da terra tem um grande poder e faz o que quer. Você não encontra trabalho escravo no centro de Altamira, você encontra trabalho escravo em um travessão, uma estrada vicinal, a 60 km da rodovia principal. O criminoso sabe que a fiscalização não é rápida o suficiente.

Segundo ele, deveria haver um juiz federal só para Altamira. Não se sabe o número certo de processos por trabalho escravo na região (um dos réus é Vitalmiro Bastos de Moura, um dos mandantes do assassinato da irmã Dorothy Stang, flagrado com 13 trabalhadores escravos em sua produção de gado).

Sobre o Incra: Há mais de 50 ações ajuizadas de anulação no Incra, mas falta servidores e magistrados para a análise dos casos. Processos foram levados para Belém, quando na verdade deveriam ter ficado em Altamira, com a criação de uma Vara Agrária Federal. Havia três procuradores da Advocacia Geral da União lotados em Altamira: um no Incra, mas este saiu, e dois no INSS, que segundo o procurador, ficam fazendo a mesma coisa.

Foi apontada também a falta de recursos de diárias para a Polícia Federal poder ir em ações em garimpos.

Foi informado na reunião que as guaritas para a segurança dos beneficiários da reforma agrária em Anapu já foram licitadas.

Dependendo do lugar, o Ibama pode ir rápido ou demorar. Em Anapu, sua ação demorou. No ano passado, o Ibama foi ao município fazer uma ação e o prefeito expulsou os servidores públicos de lá.

Sobre Belo Monte: A abordagem da população que terá que ser removida para a construção da usina tem sido feita de forma rápida e intimidatória. O Ministério Público Federal está orientando os moradores a não assinarem nada sem que estejam tranquilos e bem informados sobre todas as consequências disso. Há procedimentos abertos com relação a Belo Monte, mas devido à falta de tempo e de pessoal, o MPF não tem conseguido checar in loco o cumprimento de todas as condicionantes. O que vem sendo checado não tem sido cumprido.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Recomendações relativas à questão fundiária e violência rural

- 1) Recomendar ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) a contratação de técnicos para prestar assistência técnica aos projetos de desenvolvimento sustentável e aos projetos de assentamento, como forma de diminuir a violência no campo, especialmente na região conhecida como Terra do Meio e Altamira, Pará.
- 2) Recomendar ao INCRA que agilize, juntos aos órgãos ambientais, a expedição de licenciamento ambiental os projetos de assentamento, como forma de diminuir a violência no campo, especialmente na região conhecida como Terra do Meio e Altamira, Pará.
- 3) Recomendar à SDH/PR e a Ouvidoria Agrária Nacional que realizem gestões com o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para solicitar atuação efetiva de juízes federais no Estado do Pará, principalmente na região conhecida como Terra do Meio e Altamira.
- 4) Recomendar à SDH/PR e a Ouvidoria Agrária Nacional que realizem gestões com a Presidência e a Procuradoria Geral do INCRA para solicitar, respectivamente, maior número de servidores e procuradores do órgão principalmente na região conhecida como Terra do Meio, Altamira e Anapu.
- 5) Recomendar ao Governo do Estado, ao Incra, ao Judiciário, e ao Ministério Público a instalação de Fórum Agrário [funcionamento no mesmo local de vara agrária, Ministério

Público agrário, Defensoria Pública agrária, polícia civil agrária, polícia militar agrária e ouvidoria agrária regional do Incra], ao exemplo do existente em Maceió, Alagoas.

- 6) Recomendar aos órgãos federais e estaduais detentores de informações fundiárias que acelerem a digitalização de suas informações e as disponibilizem para consulta, a fim de contribuir com o processo de regularização fundiária. Este processo deve incluir a digitalização das informações dos cartórios e a socialização das informações do Sipam e o Ibama.
- 7) Recomendar ao Ministério da Justiça, quando necessário, nos conflitos fundiários considerados mais graves, a atuação conjunta da Polícia Federal e da Força Nacional, a fim de evitar novas mortes no campo.
- 8) Recomendar à SDH/PR e ao governo do Estado do Pará reforçar e ampliar os recursos destinados ao Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provita) para que tenham condições de atender à totalidade das demandas.
- 9) Recomendar a SDH/PR e ao governo do Estado do Pará reforçar e ampliar o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos para que tenha condições de atender à totalidade das demandas.
- 10) Recomendar ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará que crie uma força tarefa para levar a julgamento imediato todos os processos de assassinatos de defensores dos direitos humanos, lideranças sociais e sindicais, e religiosos, paralisados na Justiça estadual.
- 11) Recomendar ao Incra que implemente efetivamente o Programa Nacional de Reforma Agrária na região conhecida como Terra do Meio e Altamira.
- 12) Recomendar à Defensoria Pública da União a designação de defensores públicos para atuação na região conhecida como Terra do Meio e no município de Altamira.
- 13) Recomendar ao Governo do Estado do Pará a criação da Polícia Militar Agrária.
- 14) Recomendar à Secretaria de Direitos Humanos/PR, em parceria com o Governo do Estado do Pará, a criação de um centro de referência na região da Terra do Meio e Altamira, para acesso aos serviços básicos de documentação pela população, e de uma Ouvidoria Itinerante de Direitos Humanos, com sede em Altamira, que percorra a região da Terra do Meio.
- 15) Recomendar ao CDDPH a criação de um grupo de trabalho permanente para acompanhar os casos de violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo, iniciando seus trabalhos com uma missão à região Sudeste do Pará, que possui alto índice de violência rural.
- 16) Recomendar ao CDDPH o envio de uma missão específica à região que está sofrendo influência do processo de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte a fim de acompanhar denúncias de violações aos direitos fundamentais de populações impactadas pela obra.

ANEXOS

Depoimentos dos representantes dos movimentos e comunidades impactados pela obra ouvidos durante encontro no Movimento Xingu Vivo, em Altamira (PA):

Representante 1

Essa associação tem no momento 56 sócios, 55, porque um infelizmente faleceu no fim de semana, no sábado passado, e é uma pequena comissão que resolveu se organizar devido à infiltração da Norte Energia na região. E a pressão psicológica principalmente que tão fazendo perante não só os agricultores, né? A questão de assinar a documentação: é procuração, é pedidos pra entrar dentro dos nossos lotes, sem uma explicação concreta do que vai acontecer, o que mesmo vão fazer com a gente, para onde vamos, o valor dos nossos produtos... As tabelas que a gente recebeu são uma vergonha, porque lá nós estamos, tem gente com 30, 40 anos lá, eu tô com onze ano lá, mais minha família... E me dão 50 reais por um pé de cacau? Então, o que adiantou nosso trabalho essa vida toda? O que vai restar de nós pro futuro dos nossos filhos? Então tudo que nós plantamos lá, tudo que nós fazemos lá não é do decorrer de hoje, de amanhã, pra pegar 200, 300 mil, é pro futuro da nossa geração, dos nossos filhos e netos. Então, assim: a gente jamais vai concordar com esse pacto que o governo tá forçando, porque na verdade ele vai forçar a fazer, e pra nós seria uma destruição, uma derrota na vida, na morte da nossa espécie, do meio ambiente, dos seres vivos que vivi lá na floresta...

Que se diz tanto da preservação, e o governo traz um empreendimento desse que não vai tá matando somente os indígenas, somente os peixe e os animais, vai ta matando a espécie humana que está lá hoje trabalhando. Num temos estrada, num temos escola, num temos saúde de qualidade... e aí vem um empreendimento desse “ah, mas nós vamos arrumar escola”, mas arrumar escola pra quem? Porque nós vamos sair de lá. Tem 100 famílias que vão sair só da minha vicinal. Então pra quê? Pra que melhorar estrada, pra que melhorar a saúde, pra que melhorar a educação pra dois, três anos? E aí fica uma pergunta que até hoje nós não obtemos resposta: pra onde vamos? O que vai ser de nós? Eu vou trazer meus filhos aqui pra periferia da cidade, que a periferia não tá nem suportando os que tem aqui? Vou ocupar uma terra? Sabe deus lá onde, começar tudo de novo? E o que eu tenho lá? Então assim: é uma pergunta, um questionamento que infelizmente botam pessoas lá pra nos pressionar psicologicamente, pra fazer pressão: “se vocês não assinar, vocês não vai receber indenização” que é o que ta acontecendo, “ou vocês assinam ou vocês não recebem indenização”. E a gente sabe que não é bem assim porque a gente tá acompanhando o movimento, a gente também tem o ministério público ao nosso favor, tivemos a audiência lá com o Dr. Cláudio Terra e com o Dr. Felício Pontes [do MPF] em nossa comunidade, e sabemos dos direitos e das leis. E sabemos também que os capitalistas, os empresário não tão nem aí com a gente. Querem fazer na força da pressão. E eu acho que não é bem assim, tem que ser discutido. Tem que ver se é realmente viável, que a gente sabe que não é. Pra onde nós vamos, o que vamos fazer com a nossa cultura que tá lá? Aí eu vou pegar uma merreca duma idealização e vou pra onde? Vou pra onde? Vou aplicar no que? Que dinheiro hoje, cê bota 50 reais, 100 reais se não traz uma feira pra dentro de casa mais. É o nosso futuro que ta em jogo. É o futuro dos meus cinco filhos e do meu neto que tá em jogo. Futuro mais de centenas de família que estão lá naquela localidade.

E a gente faz a pergunta, ninguém tem a resposta. Teve umas audiências aqui que foi uma vergonha. Ficaram os agricultores tudo doido pra vim, num teve jeito de vim. Quem veio não teve resposta das perguntas que foi perguntada lá, os debates, que dizem debates, é um diálogo que as, como é que fala, os centro de comunicação colocam e próprio Norte Energia não vai lá pra esclarecer. Então assim: se não tem um esclarecimento para população, alguma coisa errada tem. E a gente sabe que tem. Os próprios pesquisadores tão dizendo isso: “é inviável, é inviável”. Então é assim: pra nós, assim, é um rolo compressor. Não vai ser muito deferente do que aconteceu em Tucuruí não. Segundo alguém, já estamos sabendo aí, que vem força nacional, que vem num sei quem, vem num sei quem, pra tirar a gente daí.

Que direito humano é esse que a gente tem? Será que nossos filhos vão sofrer pressão psicológica também? Então assim: prefeito nós não podemos contar, vereador infelizmente nós não temos. Uma lei diz aqui uma coisa assim e outra vem e já derruba e tá essa bagunça toda. O que vai ser da minha vida, o que vai ser dos meus filhos, o que vai ser da vida da minha comunidade, daquelas famílias que infelizmente hoje não estão aqui? Porque nós não temos estrada, nós gastamos 4, 5 horas pra chegar na Transamazônica hoje. Então assim: será que precisa a Norte Energia vim hoje aqui para os prefeitos construir as nossas estradas, fazer as nossas escolas, dar uma educação de qualidade, não precisa. Já veio uma verba lá de cima pra fazer isso aqui. Ontem eu escutei o prefeito de vitória dizendo: “Temos que reunir a Norte Energia porque tem alguma coisa que não tá acontecendo”. E o dinheiro que vem, vai ser aplicado em quê? Será que tem que ter a bendita ou maldita barragem pra que as coisa desenvolva? A cidade tá um caos, Altamira, quem anda aí, tá um caos, né. Será que precisa da barragem pra que ela melhore? Eu gostaria demais que vocês fossem lá na nossa comunidade pra que vocês vejam a espécie de ponte que a gente tem, a espécie de escola que a gente tem, a estrada que a gente tem, a qualidade da educação que a gente tem.

Meu lote fica 13 quilômetros do rio. Só que meu lote será cortado pra fazer o canal do desvio do rio. Seria um dos lotes, porque não é só o meu. E aí a gente fez lá, tudo que a gente sofremos lá, nós não temos uma resposta pra nós. Sabemos que nossos filhos não tem um futuro incerto. O futuro do pessoal aí pra fora tá tudo certo, mas os nosso aqui não. É o futuro da prostituição, da droga, sabe lá Deus do que. Seria muito bom se a gente tivesse resposta das pessoas que também já nos ouviras e nós não temos resposta. Vem, faz um bonito relatório, leva lá pra Dona Dilma, ou sei lá pra quem diacho lá, e nada chega aqui pra nós, só chega as resposta dos empresários aí toda hora na televisão: “a barragem tá saindo, a barragem tá saindo”, mas num vem uma resposta concreta do que vão fazer com o ser humano que tá aqui em cima.

Representante 2

Na Volta Grande do Xingu, todos aqueles ribeirinhos, os agricultores, os indígenas, ficam ali esperando por uma vida melhor. E aí agora nós se depara com essas ações do governo pressionando todo aquele povo maravilhoso que tem uma história de vida ali, sem saber pra onde vai. Mas a gente sabe que os grandes empresários, as grandes empresas estão correndo atrás pra que saia ameaçando, as famílias que vivem ali há 40, 42 anos, com suas roças de cacau definitiva, que é uma aposentadoria garantida, não precisa do governo. E hoje nós estamos sofrendo, toda região vai sofrer, vai perder. Perdemos a água e perdendo a terra e a vida de muito ser vivo que vive nessa região. Eu gostaria de saber até onde é que vão essas pressões de Belo Monte, né, porque nós não temos resposta. Pra onde é que vai esse povo? A gente teve uma reunião com a empresa, lá no quilômetro 45, comunidade de São Raimundo Nonato, aonde a gente teve pressionando o chefe daquela empresa. Para

onde é que vocês vão levar essas 300 famílias que vocês falam que vai ter que sair da Volta Grande do Xingu. Vocês tinham um lugar apropriado pra essas famílias? Nós não temos. Por aí você tira: aqui veio uma equipe técnica, pelo Incra, usando o Terra Legal, pessoal fez o cadastro do Terra Legal, agora foram embargados, por causa de Belo Monte. Energia, Luz para Todos, era pra nós termos, nós não temos. Porque a Norte Energia vai construir Belo Monte, então, se coloca energia, depois com dois, três anos tem que tirar. Então nós não merecemos nem isso, que o governo oferece para os agricultores, pra agricultura familiar. Nós não estamos sendo ouvidos por parte da empresa, por parte do governo. Os índios, a mesma coisas, agricultura familiar a mesma coisa, os ribeirinhos a mesma coisa, o nosso povo que vive na cidade, em Altamira, Vitória do Xingu, em outras cidades vizinhas que vai sofrer também com epidemia, com crime. E onde é que esse povo vai parar? E aí nós esperamos pelo um país melhor. Pra dar uma garantia de vida pros nossos filhos melhor, uma saúde, estrada de qualidade, que nós não temos. É disso que nós precisamos pra essa região. E eu acredito, companheiro, que existe forma da gente desenvolver qualquer região sem a construção de Belo Monte.

Representante 3

As pessoas vieram em números pequenos, principalmente da Volta Grande, onde vai ser centralizada a hidrelétrica, e aí como ele já falou não obtivemos resposta das pergunta que a gente fazia. Como a gente era pequeno, não conseguia, só respondia as perguntas daqueles maiores, dos empresários, algumas coisa. A outra coisa, é que lá onde a gente mora, eles tão invadindo assim tipo que eles são dono. Eu vim falar numa reunião em que a gente tivemos por aí que eles chegam obrigando, ameaçando as pessoas até a mostrar pedra deles, de lotes, as pedra numeração. Onde é que nós vamo chegar com esses empreendimento que vem, grande barragem? Tem um grupo que vai fazer documentação de terra, lá onde nós estamos tem 30% na área que é documentada. As pessoas têm os lotes, mas não têm documento. O Incra, que é o responsável, não faz isso. E tem que fazer. Não faz isso. Eu acho que devia ter um grupo bem afinado para isso. Pelo menos, já que o pessoal vai sair, ter documento pra dizer assim: nós vamos ser indenizado. O que eles joga pra gente: “vocês não têm nem documento, e como vocês vão ser indenizado?”. Entendeu? Então esse é o medo da população, principalmente de quem mora lá dentro. Entendeu? Então a gente, eu estende dizer muitas coisas, falar muito... mas uma das hipóteses que são que a gente tem que vão ser esse trator que vai passar por cima da gente. O governo vai chegar e dizer assim: “ê, vamos fazer a hidrelétrica, construir e acabou-se”. Consultar a gente lá, eles passa assim nos carros, se a gente tiver em casa, ele diz, “ta aqui um livrozinho”, primeira, segunda etapa, dizendo eles que tão fazendo uma interlocução de, de diálogo com a gente. A gente não tá em casa, eles largam debaixo da porta e vão embora. Deixa lá. Se a gente tiver uma boa visão, a gente vai ler e vai saber que tá sendo ameaçado. Se não tiver, só joga pra lá, joga no lixo e acabou-se. Esse é o tipo de diálogo que tá tendo com o pessoal da região.

Representante 4

Desde o antigo projeto Cararaô, que a gente sabe que os impactos serão os mesmos. E que empreendimento de barragem Belo Monte é uma coisa disfarçada, que vem pra nós de cima pra baixo, desrespeitando nossos direitos de sermos consultados. Recentemente fui à Europa, conversei com o Alto Comissariado da ONU, e várias, várias pessoas da OIT, denunciando a violação de nossos direitos, principalmente de sermos consultados. E o governo federal está a todo momento nos negando esse direito e mentindo que nós fomos consultados. A Funai, agora vem de uma forma discriminadora, me indigna muito de ler uma nota da Funai na mídia dizendo que nós somos pessoas misturadas com a sociedade. Quer dizer que nós não temos direito? Mas enquanto povo, porque nós fomos misturado

nesse processo de desenvolvimento que não foi nós que causamos? Foi o próprio governo, todo tempo violando nosso direito, a nossa vida, matando nosso povo. E agora esse órgão que vem dizer que pra nos defender, falar uma coisa dessa, sabe, é um desrespeito contra o nosso povo, sempre assim. E me indigna muito. Todo tempo, a gente tá cansado de estar falando e ninguém quer ouvir. Agora pedimos pra OEA. Nós que denunciemos a violação, nosso povo tá sofrendo, de ver tanta injustiça, sabe. O que eles tão fazendo por nós? Oferecendo cestas básicas... É isso medidas emergenciais, é isso que nosso povo precisa pra sobreviver? Não. A gente precisa de dignidade, de respeito. Ter nossa terra demarcada, saúde, educação de qualidade. Isso é obrigação do governo, não é de empreendedor. E eles tão fazendo isso com a sociedade, de acreditar que agora tudo é o empreendedor, que tem que fazer? Não. Direito de todo povo, de ter essas assistências básicas, que é uma saúde, uma educação, ter sua terra livre pra gente poder produzir nela.

E a todo momento a gente vai falando, esse empreendimento não é viável. Nem economicamente, nem de forma alguma. Temos outras formas de desenvolver o país. A Transamazônica é sim viável porque ela vai ajudar na produção das pessoas, tudo isso, mas o governo tá cego. O governo ignora, sabe. O governo, a Funai, fala “miscigenado” porque eu quis? Não. O próprio governo que tá violando a nossa vida diariamente e não tem assumido isso e não tem sido punido. Agora a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tá pedindo para paralisar Belo Monte. Eu sei que existem pessoas que ainda podem, sabe, podem intervir por nós, podem nos ouvir. E eu vou dizer que vocês também podem contribuir com nossa luta também. De ter uma forma que o governo possa parar com essa coisa de empreendimento de barragem na Amazônia. Não é só Belo Monte, tá acontecendo vários entendimentos aí acabando com a vida das populações locais... E os indígenas isolados que existem na Amazônia. Não é só aqui na Volta Grande, existe povo isolado. Que diferente de mim não tem esse contato para saber como é que tá funcionando toda essa politicada, como vai ser Belo Monte. Para eles, não tão nem sabendo, e vai afetar esse povo. Então não dá pra gente aceitar mais essa forma do governo dizer que vai desenvolver o país, se ele tá produzindo cada dia mais miseráveis, e não tá cumprindo seu papel, que é de garantir o mínimo de assistência às populações. E principalmente respeitar as comunidades locais. Ele vem, implanta essas coisas sem nos ouvir.

Aqui na região de Altamira, a Funai sempre tutelou as comunidades indígenas. Funai que sempre representou o povo indígena, não foi nós lideranças chegar e falar não. Então o que acontece, Funai chegou na comunidade e disse: gente vamos fazer um grupo de trabalho aqui pra estudar a comunidade pra saber como é que tá a situação cultural, econômica e social do povo. Aí como era a Funai, é um órgão que a gente conhece que é pra nos defender, a comunidade abriu as portas pra Funai com essa equipe, estudar nossa comunidade. E nessa história toda, eles explicaram que iria haver um empreendimento, dizer vocês vão ser impactados, e vai ser o processo tudo assim, ó: primeiro nós consulta o componente indígena; as oitivas, é um outro momento, que vai vir o pessoal do governo ouvir vocês tal tal tal, todo mundo no conjunto. Esse é o nosso entendimento quando eles explicaram nas comunidades o que ia ser as oitivas, chamar as comunidades atingidas no momento específico e explicar de, direito como vai ser Belo Monte, o que que ele vai.

Pra mim eu considero um processo de oitiva quando todo mundo tá em conjunto, consciente do que tá ouvindo, o que que vai acontecer, e aí... eu posso dizer, não quero isso pra mim. E eu não tenho de dizer, eu não quero esse processo de Belo Monte. Entendeu? E a Funai, que era uma das pessoas que eu achava que era pra defender a gente, tá defendendo o interesse do governo. Não tá ouvindo as populações, não está. Aí manda um monte de documento lá, né, documento não sei aonde, tá tudo aqui, mas eu to lá e não fui

ouvida. Quer dizer que pra você sim o embaixador, é muito simples você acreditar nessa documentação do governo, mas eu to aqui falando, você vai me ouvir? Eu sou liderança da minha comunidade, eu to aqui consciente, eu não sou louca, nós temos noção do que nós temos vendo acontecer. E eu peguei um vídeo na Funai, nós ficamos acampados na Funai, e eu fui uma das pessoas que peguei o meu vídeo, e falei: isso aqui, olha, tá aqui provando. Nós lutamos agora, e eu tenho a prova que não fomos ouvidos. Tá, a gente precisa de ter esse direito garantido, principalmente o direito de ser consultado, sabe, de não ser utilizado dessa forma, que eu achei que o governo usou de uma forma muito maliciosa, pra implementar esse empreendimento de qualquer maneira.

Representante 5

É assim, eles chegavam na nossa comunidade, pedindo pra gente assinar um documento permitindo a entrada deles nas nossas terras, e segundo eles é para fazer pesquisa, fazer perfuração do solo. Ninguém sabia nem pra que, se era pra ir atrás de minério, nem sabia pra que. E quando a gente dizia que não queria, eles nos ameaçavam que quem não aceitasse essa pesquisa não ia, não vai receber indenização caso Belo Monte for construído. E também eles lançaram a proposta de quem quisesse eles pagariam. Eu considerei isso como eles tavam querendo nos comprar. Aceitavam fazer cercas, se a gente quisesse fazer cerca, fazia cerca. Quem tinha pasto, eles colocavam uma máquina dentro e roçava pasto, como aconteceu com pessoas lá, né. Fazer açude pra gado beber, fazer poços, então era uma maneira de comprar as pessoas. E como ali a maioria ou todos são muito humildes, tem pessoas ali que nunca foram numa escola. E eles são muito inteligentes, eles chegam com palavras bonitas, sabe, dizendo que aquele buraco não vai te prejudicar, que é um simples, buraco, vão tirar uma mostra de terra, e que não vai prejudicar essa terra. Então as pessoas, elas não tinham muito conhecimento com isso e acabaram deixando né. E agora recente a ameaça é bem maior. Como nós temos um grupo de dez famílias, lá dentro da comunidade que eles dizem que é de total impacto, nós não aceitamos isso. Então hoje eles nos ameaçam mesmo.

Eles foram recentemente na casa do meu tio que fica dentro do igarapé Gaioso e eles disseram que, se ele não aceitar, quando ele acordar vai ta com a água nos pés dele. E eles disseram que se a gente não aceitar esse acordo o que vai acontecer é que eles vão pedir uma autorização pro governo entrar nas nossas terra, porque eles dizem que isso é uma obra de direito nacional...Sim, então eles tem o direito de entrar e fazer isso. Eles vão pedir um documento pro juiz autorizando a entrar na terra, e a gente tem que sair. E agora tem 12 famílias em que já foi feita a negociação né, pra de indenização, e eles pediram... Eu participei da reunião da Norte Energia onde eles pediram sigilo em relação ao valor, né, da indenização. E eu acredito que isso é pra não gerar uma polêmica entre a própria comunidade, saber “eu recebi um valor e fulano recebeu outro”. E isso tá causando uma divisão na nossa comunidade. Eu sou liderança de lá tanto na parte religiosa, nas escolas que são da igreja, como também eu trabalho na saúde e vejo essa diferença já. As pessoas que já foram chamadas pra fazer negociação, eles não participam mais das nossas reuniões religiosas, né, e pouco nem falam com a gente agora. Quando marca uma celebração eles não vão mais, então já ta havendo essa divisão de famílias, e uma outra coisa que isso nos entristece que eles não nos respeitam de maneira alguma. Nós que moramos ali na beira do rio já tamos mais tempo que o pessoal dos travessões, né.

O meu pai ele tem 64 anos que mora lá e já herdou terra dos avós dele. Isso eu vejo, isso me corta o coração quando ele diz que não quer sair de lá, que ele quer que aquilo fique para nós. E lá mesmo ta depositado, né, os restos mortais dos avós, dos pais, do filho dele que ta ali, ele diz que de maneira nenhuma... Esses dias me cortou o coração quando ele

disse assim pra mim que nós vamos sair, mas ele não vai sair, porque ele quer ser depositado lá também né. E outra coisa que o governo vinha batendo de frente, pedindo pra não desmatar, pra não queimar, e ali como meu pai tem 64 anos que mora lá e que já herdou, nós temos a terra totalmente inteira. Que ele trabalha com agricultura familiar, desmatou pouco, e a Norte Energia chegou lá e disse que não vai pagar a mata. Se Belo Monte for construída eles vão pagar, indenizar apenas digamos o que ta na beira do terreno da casa. A mata que ta preservada, com castanheira, né, outras madeiras, eles disseram que isso simplesmente não vão pagar, que isso é do governo e vai ficar pro governo, é da natureza. Então, eu digo assim, o ano passado meu pai foi intimado a pagar cinco mil reais porque ele matou um tamanduá bandeira sem saber que tava em extinção. Tava com cachorro lá, o papai matou, e o Ibama apareceu por lá e quando viu aquilo lá notificou papai a pagar cinco mil reais. Meu pai nem sabia se aquilo nem se aquilo tava em extinção. Quer dizer, um animalzinho, que meu pai matou sem saber que era em extinção, quer dizer, e hoje vai matar muito mais, né. Muito mais que vai matar ali, né. E hoje assim, a nossa comunidade ta reduzida, porque essas famílias já tão com data marcada pra saírem, essas que tão dentro do canteiro de obra, né, então vai ficar, o nosso trabalha vai ser, vai ser, dificultado porque as famílias vão ser diminuídas e existe inúmeras preocupações. Na minha comunidade são quarenta famílias.

Quando eu participei da reunião da Norte Energia, que conversei só com o pessoal do canteiro, que eu fui expulsa de lá, me convidaram pra eu sair da reunião porque eu não fazia parte do canteiro. Então quando eu perguntei, se eu quisesse sair pra uma outra área, pra uma voltar a morar no norte, o que disseram é que só se fosse no mesmo município, que é de Vitória do Xingu, né, ou eu pegaria mesmo o dinheiro. Porque casa eles disseram bem claro que não vão dar casa. A gente vai pegar a indenização... E ainda disse mais, disse “faça o que você quiser com a sua indenização” porque casa, pra usar agricultores... Sim, ele não disse que não vai dar casa, pra quem morar na zona rural eles não vão dar casa. Eles vão dar o dinheiro, se você optar pelo dinheiro, e terra, só se for no município de Vitória, porque como o empreendimento é no município de Vitória, então vai ter que ser. Agora nós perguntamos pra ele: aonde? Porque a área boa, a terra produtiva boa mesmo, vai ser toda alagada, né. Então eles diz lá, esse é um problema de vocês.

No carnaval eles colocaram as máquinas na entrada do travessão, colocaram uma placa gigantesca, né, dizendo que já tavam construindo a obra no canteiro e colocaram na televisão, pra meter medo no pessoal. Mas eu moro lá, eu não sei lá onde a Ana mora se tem máquina. Mas lá onde eu moro não tem construção. Ninguém tirou as pessoas né.

A minha conhecida mora em Placas e me ligou desesperada, se nós já tava com as mala pronta pra sair, que ela soube lá que já tinha começado a obra. E vou por lá no canteiro que já existe no alojamento que é bem grande, e o que eu vi é que eles aumentaram o alojamento, então uma construção mais ou menos, que tem mais ou menos dois metros já de construção, de altura, e segundo eles é pra fazer um museu pra capturar os bichos que vão ficar na área de alagados. É essa a história. Tá sendo construído, mas pra esse fim. Vão capturar os bichos das ilhas, onde for área de alagado e vão por nesse museu, segundo eles. Indeniza assim, a gente vai fazer mais ou menos como fizemos na Arca de Noé, vamos pegar um casal de cada espécie... E os outros? Meu pai foi intimado por um aqui... E os outros? Nós temos cemitério na nossa reunião e eles não disseram o que vão fazer. Eles diz que isso é sentimentalismo, mas a gente tem que ser respeitado, né. Então a gente quer que as pessoas...

Representante 6

Tudo é terceirizado. Pergunta uma informação, o rapaz diz que não conhece, não sabe, que chegou de Pernambuco agora e não dava informação nenhuma do que vai acontecer com a gente. Ele fala que é o prazo que ele dá pra gente ir atrás das pedras. É, onze dias ele deu o prazo pra gente ir atrás das pedras no mato. Porque o Incra não vai. E do jeito deles, eles não vão perder, é tipo ameaça: do jeito deles vocês vão perder. Então, vocês vão ter que ir atrás, vocês vão ter que achar as pedras. Isso aí é o que eles falaram assim.